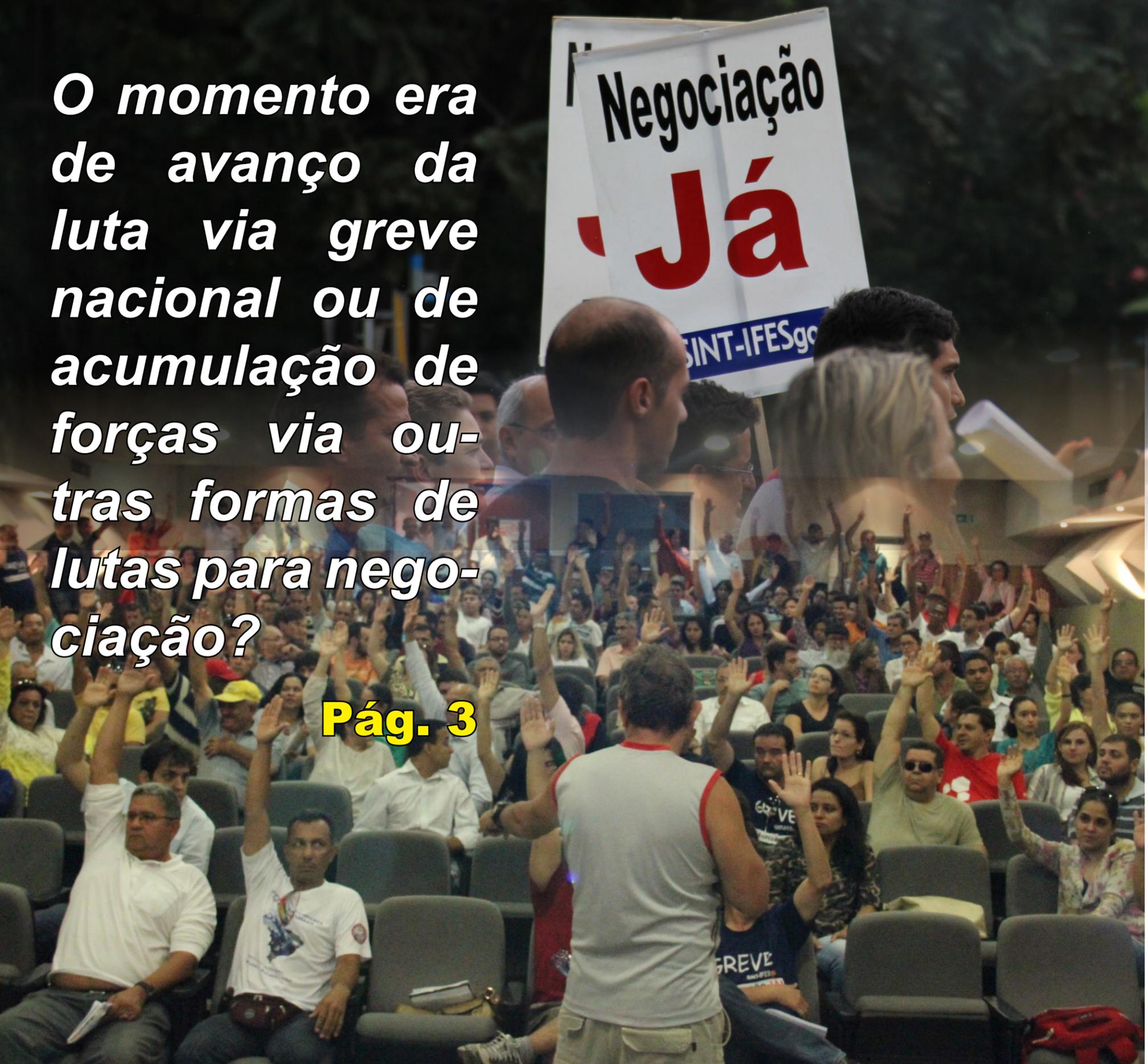


# 90 DIAS DE LUTA

*O momento era de avanço da luta via greve nacional ou de acumulação de forças via outras formas de lutas para negociação?*

**Pág. 3**



## RETROCESSO NA DEMOCRACIA

Mais uma vez os servidores públicos federais se depararam com uma triste e preocupante realidade: a judicialização do movimento grevista

**Pág. 2**

## A GREVE NA FASUBRA

Descartada a greve unificada dos SPFs, técnico-administrativos construíram pauta específica

**Pág. 4**

## CONQUISTAS

Confira o resultado da mobilização dos trabalhadores na pauta interna da UFG

**Pág. 5**

## EDITORIAL

## A QUEM INTERESSA A DIVISÃO DA CATEGORIA?

O que estamos vivenciando na FASUBRA é a reprise de greves como as de 2005 e 2011, quando a categoria saiu derrotada e esfacelada, só conseguindo se reerguer após novo processo de mobilização e novas perspectivas de conquistas.

O Comando Nacional de Greve, em especial o campo majoritário, abriu mão de cumprir com seu papel de apresentar para a categoria em greve uma avaliação realista das condições de êxito do movimento e de cenários possíveis para que a categoria pudesse ser orientada para ações consequentes com o objetivo de conquistar suas reivindicações. O que vivenciamos foi paulatinamente o deslocamento do eixo da greve para pautas políticas gerais e diretores publicando nas redes sociais, avaliações com

posições e entendimentos diferenciados, de acordo com as posições de suas correntes políticas. Tal postura só tem levado a divisão no seio do movimento.

Esta divisão é produto da falta de um diálogo maduro e responsável que leve à construção de acordos sobre o que é melhor para a categoria e não para grupos políticos ou interesses partidários. O movimento sindical não pode ser confundido com o movimento partidário nem ser seu refém, embora entendamos a importância dos partidos para o processo de democratização do país e de alguns partidos na defesa dos interesses dos trabalhadores. Seria um equívoco desconhecer e não debater as diversas posições existentes no interior do movimento da federação, mas não é politicamente correto também fincar o pé e

não dialogar tendo por objetivo conduzir o movimento à vitória e não a derrota.

A queda de braço entre forças na federação e a divisão da categoria só interessa ao governo. Pode até interessar aos partidos políticos que estão em disputa em um ano eleitoral. Só não interessa, em hipótese alguma, aos trabalhadores técnico-administrativos das IFES que lutam por melhores condições de trabalho, qualidade de vida e por uma universidade pública democrática, de qualidade e socialmente comprometida com o avanço da sociedade.

Os diversos grupos que compõem a Fasubra precisam entender que as negociações e acordos entre eles, ainda que pontuais, são de fundamental importância para a vitória da categoria. Independentemen-

te do lugar em que cada um se encontra, há a necessidade de se negociar sempre, a menos que se viva isolado. Uma negociação eficaz significa tomar as melhores decisões para maximizar o resultado a todos os interessados.

Em todos os momentos, defendemos a unidade na ação, entendendo que um movimento paredista só se constrói com unidade da categoria, com estratégias e táticas definidas de comum acordo e com objetivos claros que tragam ganhos para o conjunto da categoria. Não podemos concordar com uma greve sem perspectivas, sem vínculos com as reivindicações de uma pauta previamente definida pela categoria, levando a categoria a sair do movimento descredenciado na sua capacidade de mobilização e de luta.

## JUDICIALIZAÇÃO DA GREVE: RETROCESSO NA DEMOCRACIA

No dia 25 de junho de 2014, o SINT-IFESgo recebeu uma notificação do Superior Tribunal de Justiça tratando da Petição nº 10.536, referente ao ajuizamento da greve nas Universidades e Institutos Federais.

Mais uma vez os servidores públicos federais se depararam com uma triste e preocupante realidade: a judicialização do movimento grevista. Em uma postura autoritária. A iniciativa do governo federal, infelizmente, não surpreende os trabalhadores(as). Em 2012, sofremos a mesma represália.

Felizmente tivemos sorte dessa vez. O Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, responsável pelo processo, determinou a retomada das negociações com os representantes da categoria. Na mesma sentença, proibiu ainda que sejam efetuados quaisquer descontos em decorrência do período de greve na folha de pagamento.

Se por um lado, a postura do

governo não é uma novidade, por outro, a decisão da justiça nos mostra que existem juizes e operadores do direito que possuem a consciência da justiça da nossa luta e da importância do instrumento da greve enquanto valorização da classe trabalhadora e aprofundamento da democracia em nosso país.

O que causa estranhamento,

tanto da nossa categoria quanto nos demais servidores públicos federais, é que um governo que se elegeu três vezes com o apoio dos trabalhadores, dos movimentos sociais e da sociedade civil organizada reincida nessa prática nefasta e nesse ataque à sua própria origem, uma vez que esse mesmo governo se organizou em torno de sindicatos e centrais sindicais na



década de 1980.

Vale lembrar que o governo FHC, que representou um período de imensas perdas, desvalorização, desmonte do estado e sucateamento das universidades e da educação pública, nunca judicializou uma greve. Nem mesmo os militares em sua sangrenta ditadura, fizeram o mesmo.

Olhando para o passado, temos a clareza do que esse novo período vivido pelo país e inaugurado em 2002 representou para o povo brasileiro. Entretanto, não podemos tolerar que um governo conquistado pela mão dos trabalhadores assumia posturas tão antidemocráticas quanto essa.

A judicialização da greve dos Técnico-administrativos em educação é um absurdo e uma mancha na democracia de nosso país. Mais do que isso, é um sinal de que muita luta ainda precisa ser feita para que o Brasil cresça de forma plena, democrática, livre e justa.

## 90 DIAS DE LEGITIMA LUTA DA CATEGORIA DOS TAE DAS IFES E DOS IFs

## O momento era de avanço da luta via greve nacional ou de acumulação de forças via outras formas de lutas para negociação?

Este foi o grande questionamento colocado para a categoria. Uma importante tomada de decisão era necessária.

Cotidianamente, somos colocados diante de situações que exigem de nós tomadas de decisão. Algumas são simples e fáceis, outras complexas e decisivas. De qualquer modo, nenhuma decisão pode ser tomada sem as informações necessárias. Mas o indispensável é assumir a responsabilidade da decisão e não ter medo de apresentá-la para apreciação da categoria.

Ao tomar uma decisão do porte de uma greve nacional é preciso analisar a situação, seja no âmbito local ou nacional. Conhecer os aspectos econômicos, políticos e as tendências prováveis, é fundamental para tomada correta da decisão. É importante identificar os fatores capazes de influenciar, positiva ou negativamente, a conquista de nossos objetivos.

Por essas razões a decisão de deflagrar a greve foi precedida de um longo período de debates, nos fóruns do movimento, sobre as perspectivas reais de ganho para a categoria. Foram três meses de análises da conjuntura, das possibilidades de vitórias ou de derrotas.

A partir da percepção de uma conjuntura econômica e política



Técnico-administrativos de Goiás participam de Audiência Pública sobre a greve da categoria no Congresso Nacional

favorável, deu-se início ao processo de discussão e mobilização dos trabalhadores(as), por locais de trabalho, quanto à pertinência do momento para deflagração da greve, para depois, em assembleia geral, decidir coletivamente. Vários sindicatos filiados a FASUBRA vislumbraram a possibilidade de ganhos.

Deflagrada a greve, não faltaram as avaliações de conjuntura, com o objetivo de antecipar possíveis cenários que permitisse as ações necessárias para buscar os ganhos pretendidos. Confirman-

do a tradição de nossa categoria, tudo que estava ao seu alcance foi feito. Ainda assim, passados 90 dias em greve, a posição intransigente do governo em não negociar se consolida. O ponto alto da greve foi em maio na com as caravanas a Brasília e com o bloqueio das portas do Ministério do Planejamento. No entanto, este fato não resultou em negociação e sim em reunião para dizer "não". O governo apostou na fragilidade do movimento, que não conseguiu com as demais categorias do funcionalismo público.

Percebemos ainda que nosso movimento grevista já apresentava sinais de queda em todo o país. Em muitas instituições a categoria reduzia o percentual de trabalhadores paralisados. Em Goiás, as manifestações de retorno se tornaram uma constante em diversas unidades/órgãos, tanto na UFG quanto no IFG.

Diante desse quadro de in-

transigência do Governo, isolamento da Greve numa conjuntura em que o governo se apegava a parte econômica do acordo de 2012, que só conclui em 2015, de rejeição da proposta apresentada pelo MEC, a ausência do ANDES e da Condisef, polícia federal e o retorno de outras categorias, além da posição claudicante da Andifes de apoio como ocorrera em outras greves e ainda uma conjuntura de copa mundo, recesso do congresso e do vizinho processo eleitoral, o Comando Local de Greve – UFG/IFG, não titubeou em avaliar e tomar a decisão de deixar claro para a categoria, com todas as justificativas devidamente fundamentadas, o distanciamento de possibilidades de negociação com o Governo, de modo que a mesma pudesse optar por suspender ou continuar a greve. E a categoria, soberanamente, optou por um recuo tático para acumular forças para o próximo período.

## ENQUETE NO SITE DO SINT-IFESgo

Como você avalia a decisão da assembleia geral da categoria que deliberou pela saída da greve na base do SINT-IFESgo no dia 16 de junho?

75%  
Concordo  
totalmente

5%  
Concordo  
parcialmente

19%  
Discordo  
totalmente

## CHAMADA PÚBLICA - SELEÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DE LIVROS DA COLEÇÃO COMPANHEIROS

O SINT-IFESgo em parceria com o CEGRAF/UFG realiza chamada pública para seleção de Teses, Dissertações, Monografias e TCC's a serem publicados em livros da Coleção Companheiros. Com o objetivo de estimular, valorizar e dar vi-

sibilidade a produção o edital é destinado aos servidores técnico-administrativos em educação e docentes, ativos e aposentados, filiados ao sindicato.

Somente serão aceitos trabalhos finalizados até 31 de julho de 2014. O período de inscrições do

programa inicia-se em 1 de agosto e encerra no próximo dia 28. Os interessados podem protocolar sua inscrição na sede administrativa do SINT-IFESgo que fica no Setor Universitário, 5ª Avenida, n. 1213 ou endereçá-la por correio respeitando o prazo de inscrição.

Serão selecionados 4 trabalhos entre os servidores ativos e aposentados das instituições federais de ensino em Goiás. Para mais informações, baixe o edital e os formulários de inscrição no link: <http://www.sint-ifesgo.org.br/noticias/3350/>

## O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA GREVE NA FASUBRA

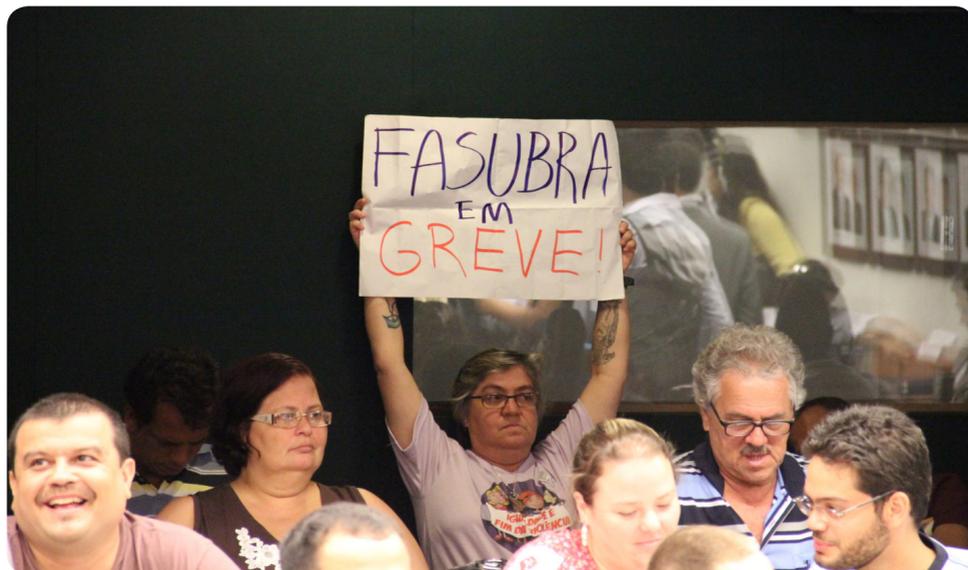
*Descartada a greve unificada dos SPFs, técnico-administrativos construíram pauta específica*

Em 2013, a FASUBRA deu início a um processo de discussão da greve, inicialmente marcada para setembro daquele ano. Durante o processo de discussão, em nenhum momento foi considerada a possibilidade de uma greve só de técnico-administrativos em educação, o que se buscava era uma greve dos servidores públicos federais, ou seja, uma grande greve a exemplo do que ocorreu em 2012. Esta foi a deliberação da nossa plenária em Dezembro de 2013. Com ampla maioria, apontou o indicativo de greve com o conjunto das federais.

Após análise da conjuntura e das perspectivas de ganhos e considerando a falta de mobilização do conjunto dos trabalhadores públicos federais, o indicativo de greve foi adiado para fevereiro de 2014. Estávamos confiantes de que com o adiamento, as outras entidades estariam prontas para a greve, mas, infelizmente, isso não ocorreu.

Fizemos então uma nova análise e, numa nova tentativa de uma greve dos SPFs, o indicativo de fevereiro foi transferido para março, com a sinalização de deflagração da greve de entidades como SINASEFE, CONDSEF, Policiais Federais, entre outras.

Em março, mais uma vez, diante da inexistência de possibilidade de greve dos SPFs, a FASUBRA resolveu intensificar o calendário de mobilização e define deflagração de Greve Nacional dos Tra-



Servidores marcam presença em audiência pública realizada no Congresso Nacional

balhadores Técnico-administrativos das Instituições Públicas de Ensino Superior do Brasil, para 17 de março, com a centralidade nos eixos de nossa pauta específica, numa ação de vanguarda, tendo no horizonte a perspectiva de construção de um movimento unificado com os demais Servidores Públicos Federais (SPF's).

Considerávamos que mais categorias paralisadas e unidas aumentariam a força dos movimentos.

Acompanhando o comporta-

mento das demais categorias dos SPFs, percebemos que as mesmas, em sua ampla maioria, descartaram a greve unificada. Não restando alternativa, senão deflagramos a greve em 17 de março, com pauta específica, pois tínhamos disposição e ainda num período propício para inclusão das reivindicações nos orçamentos 2015.

O que vimos, no entanto, foi um recuo das entidades nacionais dos servidores públicos, caracterizando uma greve forte apenas na base da FASUBRA.

O setor das federais do Andes deliberou nos dias 8 e 9 de junho por retirar o indicativo de greve em junho e continuar insistindo na retomada das negociações com o MEC, a CONDSEF orientou parte de sua base e sair da greve por conta da judicialização do movimento impondo pesados ônus para a categoria, a polícia federal terminou por negociar os ganhos de 2012 sem ir a greve, assim ficou descartada uma greve na educação federal e do conjunto dos servidores federais.



Trabalhadores se reúnem no Campus de Jataí para discutir pautas internas

mento para qualificação de uma trabalhadora que cursa doutorado em Goiânia, o compromisso de realizar mais reuniões para tra-

balhar a elaboração de edital para oferecimento de mestrados Minter e Dinter, o compromisso de realizar mais reuniões para tra-

sobre a implementação dos turnos contínuos, com jornada ininterrupta na biblioteca, obedecendo a determinação da Portaria nº. 906/2007, o compromisso também de verificar como funciona o serviço no Cidarq em Goiânia, com o objetivo de implementar o mesmo horário e jornada de trabalho no serviço de protocolo na Regional e a realização de um levantamento sobre quais técnicos estão em cargos de coordenação para garantir a gratificação dos mesmos.

Existem ainda pontos pendentes a serem discutidos, e o sindicato, junto com os TAEs de Jataí, estão encaminhando os mesmos com a direção da Regional.

## AVANÇOS NA PAUTA INTERNA DA UFG

*Confira o resultado da mobilização dos trabalhadores na pauta interna da UFG*

Do ponto de vista interno, em todo processo de deflagração de greve dos técnico-administrativos em educação, lotados na UFG, a categoria delibera, também, por apresentar uma pauta interna junto à reitoria. Desta vez não foi diferente e a categoria aprovou pontos importantes a serem negociados. Ao longo da greve realizamos 4 reuniões com a administração superior para discutir tais pontos. Tivemos avanços importantes para a categoria como:



1. Recomposição da Comissão de Turnos Contínuos, sendo indicados os novos representantes da administração conforme Portaria nº 1885 de 11 de junho de 2014. Os representantes da administração são: Prof. Geci José Pereira da Silva- PRODINH; Prof. Paulo Henrique Jorge da Cunha – Escola de Veterinária e Zootecnia; João Batista de Deus – IESA; Profª Flávia Aparecida de Oliveira – IPTESP; Prof. Moises Ferreira da Cunha – FACE. Os representantes da categoria são: Kelle Cristina Nogueira; Regiane Miranda Santos; Fernando Cesar da Silva Mota; Fátima dos Reis e João Pires Junior. A primeira reunião foi realizada no dia 17/06. Sabemos que esta é uma pauta difícil e enfrentaremos posições adversas, mas temos condições de avançar e ampliar o número de setores da UFG com turnos contínuos.

2. Também foram indicados para compor a Comissão de Avaliação de Desempenho e Estágio Probatório o Prof. Geci José Pereira da Silva- PRODINH; o diretor do DDRH Marcio Medeiros de Oliveira, compondo, ainda um representante da CIS.

3. Outro tema importante apresentado foi a questão da segurança no Campus. A categoria será representada na Comissão de Estudos Sobre a Segurança na UFG.

4. Quanto a questão da Insalubridade, será realizada licitação para contratação de empresa especializada para realização das medições do grau de risco químico e biológico dos ambientes de trabalho.

5. Os Exames periódicos serão realizados no Laboratório Rômulo Rocha da Faculdade de Farmácia; No Hospital das Clínicas e no CEROF. Terão prioridades no agendamento os setores com características de risco a saúde do trabalhador. A convocação dos trabalhadores será via e-mail. Em função disso, é necessária a atualização de todos os e-mails no sistema da UFG.

6. No que diz respeito à aquisição e fornecimento de EPI (equipamento de proteção coletiva) e EPC (equipamento de proteção coletiva), segundo a administração, também entrará em processo de compras.

7. Já na questão da oferta de vagas extras em cursos de mestrado e doutorado ministrados na UFG, a exemplo do que ocorre na UFRN, esta sendo discutido na Pró-Reitoria de Pós-graduação, devendo ser incluídos nos próximos editais. As vagas extras nos cursos de mestrados e doutorados oferecidos pela UFG serão custeadas com recursos do fundo de capacitação anual da Instituição.

8. Instituição de grupo de trabalho, coordenado pela AS-CAM, com o objetivo de formular a política de comunicação integrada da Universidade com a participação de diversas unidades e órgãos.

9. Quanto a criação de mecanismos de integração entre SIAS/Goiânia e Campus, de modo a evitar a vinda do trabalhador a Goiânia para perícias e entrega de atestados a UFG arcará com o traslado do servidor para Goiânia, desde que devidamente comprovado o agendamento e informado ao setor de logística com a antecedência mínima exigida para autorização da viagem.

10. Quanto ao recebimento de pedidos direcionados ao SIASS, a administração se compromete a providenciar um espaço no Campus Samambaia para recebimento dos atestados direcionados ao SIASS.

11. Quanto a realizar o dimensionamento da força de trabalho, independentemente, do vínculo empregatício (bolsistas, cedidos, terceirizados, contratados pelas fundações, entre outros), bem como o estabelecimento de um modelo de alocação de vagas para as unidades/órgãos da UFG, o DDRH elaborou projeto para estudo da força de trabalho da UFG que será apresentado à comunidade e em seguida ao CONSUNI.

A greve é um importante instrumento de luta dos trabalhadores, no entanto, a luta deve ser cotidiana e o sindicato saberá dar continuidade a este processo de negociações internas, lutando para que todas as reivindicações da categoria se tornem realidade.



# GALERIA DE FOTOS



## REPRESENTAÇÃO NEGOCIA PAUTAS INTERNAS COM REITORIA DO IFG

O movimento grevista de 2014 entra para a história da categoria em Goiás com a deflagração de greve articulados pelo sindicato envolvendo os técnico-administrativos em educação lotada na UFG e parte da categoria no Instituto Federal de Goiás (IFG). Além de explicitar as demandas nacionais da categoria, a intervenção do sindicato proporcionou, na condução do processo de mobilização, a elaboração coletiva de uma pauta de reivindicações interna que foi apresentada à Reitoria.

Ao longo da greve foram realizadas três reuniões do sindicato e representação dos Comandos de Greve com a Administração Superior. Ainda inconcluso o processo de negociação continua em aberto aguardando novas reuniões.



1 - Implementação urgente de exames periódicos para os trabalhadores. A previsão é que, no prazo de até dois meses, após o encerramento da greve, teremos a finalização do edital e do termo de referência para licitação e execução dos exames na Instituição.

2 - Garantir representação de pelo menos um (1) TAE por Campus e Reitoria na CIS. O Regulamento da CIS, aprovado pelo Conselho Superior do IFG, prevê em, seu artigo 5º, a eleição de 01 (um) representante titular e respectivo suplente de cada Campus e da Reitoria.

3 - Respeito à carga horária definida e quando extrapolar garantir pagamento de hora extra. A Portaria nº 540, de 09 de maio de 2012, regulamenta a Jornada de Trabalho dos Servidores Técnico-administrativos do IFG, bem como o horário de funcionamento para todos os Campus e Reitoria.

4 - Garantir 10% das vagas dos cursos de especialização ministrados pela Instituição para os TAEs. O curso de "Políticas e Gestão da Educação Profissional e Tecnológica", oferecido no Campus Goiânia, já assegura 20 (vinte por cento) das vagas para os TAEs e a Reitoria, através da Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação, fara gestão junto aos Departamentos para que o mesmo ocorra nos demais cursos de especialização ofertados pela Instituição.

5 - Garantir acesso e transparência das Avaliações do Estágio Probatório e de Avaliação de Desempenho para Progressões por mérito que ocorrem em sigilo aos interessados. Todo Servidor pode ter acesso as suas avaliações, desde que solicitado. As Comissões CIS e CPPD contribuirão para a discussão e apresentação de regulamentação a respeito desse assunto.

6 - Implantação de creches que foi retirado da aprovação final do PDI. Os temas que tinham vedação legal não foram apreciados pelo Congresso do PDI. No IFG, o auxílio pré-escolar é um benefício concedido ao servidor para auxiliar nas despesas pré-escolares com filhos ou dependentes que estejam na faixa etária prevista em lei, a partir do mês em que o servidor requerer a benefício. (Emenda Constitucional nº 53/2006).



7 - Descentralizar as atividades administrativas com os Campus, impedindo ou retardando as iniciativas de suas próprias diretrizes, processos, serviços e manutenção. A Gestão no momento esta empenhada em regulamentar suas varias atividades, o que contribuirá para o melhor planejamento e descentralização dessas ações.

## EXPEDIENTE

**Coordenação Geral:** Fátima dos Reis

**Editor:** Artur Dias

**Texto:** Artur Dias, Fátima dos Reis e João Pires Júnior

**Revisão:** Fátima dos Reis, Fernando Mota, João Pires Júnior e Artur Dias

**Diagramação:** Artur Dias

**Impressão:** Gráfica Vereda

**Endereço das sedes:**

**Administrativa** - 5ª Avenida, nº 1213 Setor Leste Universitário  
Fone: (62) 3261-4465

**Social** - Rua 01, Qd. Área, Lt. 24, Chácara Califórnia  
Goiânia - GO(saída para a Cidade Nova Veneza)  
Fone: (62) 3205.16.63

**Redes Sociais: Twitter - @SINTIFESgo / Facebook - www.facebook.com/SINT.IFESgo**  
**Site: www.sint-ifesgo.org.br**